

Escritores pelotenses do século XIX: Antônio José Domingues

Artur Emilio Alarcon Vaz

Doutor em Estudos Literários pela
Universidade Federal de Minas
Gerais

Professor adjunto da Universidade
Federal do Rio Grande

arturvaz@furg

Resumo: Antonio José Domingues é considerado um dos poetas da formação do sistema literário em Pelotas, declamando poemas em 1832, ano da instalação da Vila de São Francisco de Paula, e publicando poemas em folhas avulsas e no jornal rio-grandino O Noticiador. Analisar, portanto, sua poesia é perceber como se formou o húmus que originou a cultura em que autores como Lobo da Costa, entre outros, se destacou nas décadas seguintes.

Palavras-chave: Antônio José Domingues. Sistema literário. Escritores pelotenses. Século XIX

Antes mesmo da presença de escritores nascidos em Pelotas que publicassem poemas - tal como Mateus Viana e, posteriormente, Lobo da Costa - e prosa, como Carlos Eugênio Fontana, houve estrangeiros que se radicaram em Pelotas e nessa cidade produziram literatura voltada a temas regionais ou universais, influenciando o sistema literário local, como Carlos de Koseritz e Antônio José Domingues.

As primeiras produções poéticas de Antônio José Domingues são datadas de 1832, ano da instalação da Vila de São Francisco de Paula, denominação anterior à cidade de Pelotas, quando esse autor teria feito declamações em público em meio a apresentações teatrais e posteriormente publicadas no jornal rio-grandino *O Noticiador*, retratando acontecimentos ocorridos em Pelotas²⁷. Mesmo assim, o registro em papel da maioria dessas composições poéticas só iria ocorrer na segunda metade do século, após a fundação do jornal *O Pelotense*.

Escrito em 1832, o soneto “Tirania” é declamado personificando o Brasil como “Pátria minha gentil” e sustenta que a Independência foi um grande momento. No segundo quarteto, entra em cena um “monstro, de horror e lágrimas sedento,/ [que] jurou roubar-te a imensa claridade”, provável referência, pelos dados históricos, ao Padre Feijó, que tentou dar um golpe político,

²⁷ Os poemas publicados n’O Noticiador fazem parte da dissertação de mestrado de Ana Cristina Pinto Matias, a partir de CD-ROM organizado pelo IHGRGS em 2008, contendo diversos poemas de Antônio José Domingues.

pois ainda estava nas mãos de regente, em 1832. Essa tentativa ficou conhecida pelo Golpe dos Três Padres, por ter sido feita pelo ministro da Justiça (e padre) Feijó, com o apoio dos também padres José Bento e José Custódio.²⁸

O eu lírico pede então para que “não demores, ó pátria, a impunidade,/ [pois] a lei juraste e cumpre o juramento”. E adverte, nos tercetos, sobre os perigos de o povo castigar a impunidade através de atos violentos:

Quando um povo delira e se enfurece
escreve seus anais com sangue humano,
da virtude, de si, das leis se esquece.

Da anarquia, ó Brasil, repele o dano,
vê que ao cetro da lei, se a lei fenece,
quase sempre sucede o de um tirano.

Nesse trecho, Antônio José Domingues novamente usa do termo povo para enobrecer atitudes da pátria ou contra sua estabilidade, como se houvesse uma participação política do povo, ao contrário do visto por José Murilo de Carvalho, que afirma a apatia do “povo” pela política durante a existência do império brasileiro.

Alguns anos depois, o poeta escreve sobre fatos históricos da Revolução Farroupilha (1835-1845), tratando como sempre de forma heroica os seus personagens, seja o coronel Albano, no poema “À saudosa memória do Cor.^{el} Albano d’Oliveira Bueno,

²⁸ Outra hipótese, igualmente plausível, para o contexto referido no poema é a abdicação do trono de D. Pedro I para seu filho em 7 de abril de 1831, que também gerou tentativas de golpe.

assassinado, quando preso, pelos rebeldes na guerra civil”, seja o general Bento Manoel Ribeiro, no poema “Soneto”. Em ambos, o poeta faz uma análise sob a ótica dos legalistas (ou imperiais), atribuindo aos rebeldes (os farroupilhas) um caráter negativo e nomeando-os “monstros”. No primeiro poema, o autor aponta que

A Justiça indignada ao Céu voando
Implora a Jeová, dardeje o raio
Sobre o ímpio, traidor, horrível bando.

Alfredo Ferreira Rodrigues, em artigo do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* de 1898, informa que Albano, após ser preso pelos farroupilhas em abril de 1836, tentou fugir, sendo alvejado por dois guardas, que foram repreendidos pelos seus superiores. Alfredo Rodrigues diz ter conseguido reunir, sobre esse episódio, depoimentos suficientes para acabar com versões errôneas divulgadas tanto pelos farroupilhas como pelos legalistas.²⁹

O soneto, sem título na fonte primária, foi coletado em meio a um texto sobre Bento Manoel Ribeiro³⁰ em que o autor Alfredo

²⁹ Walter Spalding também cita o fato, mostrando que no “combate do São Gonçalo, depois de heroica resistência, foi preso o coronel Albano e, em viagem para Porto Alegre, covardemente assassinado por dois negros que, em seguida ao crime, fugiram, nunca mais se tendo notícias deles.” (SPALDING, 1992, p. 110).

³⁰ Durante a Revolução Farroupilha, Bento Manoel Ribeiro (Sorocaba, 1783 - Porto Alegre, 1855) esteve ora do lado farroupilha, ora do lado imperial, conseguindo grandes vitórias em ambos os lados. Filho de tropeiros paulistas, veio com cinco anos para o estado gaúcho, onde se alistou no final do século XVIII. Já como coronel, tomou parte ativa na derrubada do governo da província, no início da revolução. Foi promovido a general da República por Bento Gonçalves em 29 de dezembro de 1837, até desligar-
I Seminário de Estudos Literários *Pelotas: da formação à contemporaneidade* ISSN 2359-2478 | 151

Rodrigues cita o poema como exemplo do “entusiasmo dos legalistas” (RODRIGUES, 1902, p. 143) por esse militar. Seguindo o estilo já firmado, engrandece seu personagem como um herói “que, salvando do abismo o continente,/ o auriverde pendão sustenta ovante”, lembrando que “De vós, a pátria espera imensa glória”.

Antônio José Domingues ainda volta a tematizar a nação brasileira em outros dois poemas: “Hino” e “No faustíssimo e memorável dia Sete de Setembro”. O primeiro foi escrito e publicado em 1852, sendo excluído do livro poético sobre a Guerra do Prata. Mantendo as características desse livro, elogia D. Pedro II e o então Conde de Caxias no refrão:

Viva PEDRO, que os direitos,
Fez do Cetro respeitar;
Viva o Conde, que de PEDRO,
Soube o Nome eternizar.

A valentia de Caxias é desenvolvida pela negação de qualidades nos adversários, sendo estes opostos nas intenções e “É por isso a glória Tua,/ O Teu renome sem par”

Foi dos tiranos a empresa
Os povos escravizar;
Foi, ó Conde, a empresa Tua
Esses povos libertar.

se dos farroupilhas em 1839. De novembro de 1842 a 1845, atuou no exército imperial, obtendo vitórias que determinaram o fim da revolução.

É dessa maneira que a nação brasileira no século XIX, ressalta-se mais uma vez, é explicitamente considerada - nos termos de Benedict Anderson (1989) - uma comunidade imaginada, pois há nesse período a invenção de uma nova nação cujo conceito de nacionalidade ainda era pouco firmado na consciência da população.

Essa reflexão comprova o interesse político de um imigrante português cuja obra é publicada no Brasil e tematiza essa terra adotiva, em um processo de assimilação frente à cultura local, revelando assim a mobilidade do conceito de nacionalismo no século XIX, já que o autor buscou proteger-se através de um sistema de autodefesa, possível para a época, ao manifestar sua brasilidade.

Os doze poemas do livro *Coleção das poesias ao muito alto D. Pedro II* centram-se na guerra contra o ditador argentino Rosas, iniciada em um acordo entre brasileiros, uruguaios e argentinos assinado em 21 de novembro de 1851 e terminada na **batalha de Caseros**, assim como nos seus personagens: Conde de Caxias, Barão de Porto Alegre, D. Pedro II, **John Greeffell, Oribe e Urquiza**.

O livro não só usa temas tipicamente brasileiros, como pode ser considerado um dos livros que ajudaram na fundação, construção e na consolidação da identidade nacional, já que Antônio José Domingues reuniu seus poemas em livro ainda no ano de 1852, após publicar pelo menos alguns na imprensa pelotense.

Esses poemas são indícios da busca pela construção e pela consolidação da identidade nacional, tão necessária nos decênios

seguintes ao 1822, pois “o mero estabelecimento de um Estado não é suficiente, em si mesmo, para criar uma nação” (HOBBSAWN, 1990, p. 93). O contexto histórico era a Regência (1831-1840) e o Reinado (1840-1889) de D. Pedro II, em que ocorreram diversas rebeliões nas províncias, como a Guerra dos Farrapos (1835-1845), e nos países vizinhos, como a Guerra do Paraguai (1864-1870).

O tom da obra é otimista e idealizante, pintando o passado e o presente do Brasil como gloriosos, louvando os grandes feitos de seus governantes, mesmo que para isso faça uma reconstrução da realidade conforme os interesses da época. Há uma visão extremamente maniqueísta, típica da época e necessária para a formação de uma comunidade imaginada, já que a invenção da nação brasileira é feita aqui através da imaginação e criação (cf. ANDERSON, 1989, p. 15), pois esses são os traços principais dentro da diegese poética.

As palavras do teórico francês Ernest Renan (1823-1892) sobre o que é nação resumem as ideias que o poeta realiza na busca da construção nacional:

o esquecimento, e até mesmo o erro histórico, são fatores essenciais na criação de uma nação. E é por isso que o progresso dos estudos históricos é, freqüentemente, um perigo para a nacionalidade. A investigação histórica, de fato, esclarece os fatos de violência que aconteceram na origem de todas as formações políticas (RENAN, 1999, p. 147).

Esse mesmo pensamento é corroborado por Eric Hobsbawn ao avaliar que a história divulgada por uma nação não parte do que

foi conservado na memória popular, mas é resultado de seleção, repetição e assimilação do que é interesse de seus governantes (cf. HOBBSAWN, 1997, p. 21).

A popularidade desse poeta entre seus contemporâneos³¹ possibilitava que seus poemas se tornassem uma fonte para a invenção de uma tradição, por atribuir a vitória dos aliados ao exército brasileiro, fato que foi assimilado e repetido por muito tempo no Brasil. Nesse caso, a função da “invenção das tradições” é bastante clara, já que havia uma enorme necessidade de comprovar a superioridade do Brasil no contexto latino-americano, sendo para isso necessária a criação de heróis, como D. Pedro II e o então Conde de Caxias.

Isso fica evidente em alguns dos versos finais do poema “Aos bravos rio-grandenses”, em que há o uso de um epíteto para D. Pedro II: o pai do povo:

Onde PEDRO, o Pai do Povo
Da terra de Santa Cruz
Faz o Éden do Mundo Novo. [...]

Urquiza d’heróis na frente,
Os Orientais denodados,
Em nossos bravos encontram
Intrépidos aliados.

Assim, apesar do esclarecimento sobre o título do poema feito pela nota de rodapé de que “O valor não tem pátria

³¹ Isso é demonstrado em um aviso que aparece antes da publicação no jornal *O Pelotense* de 28 de junho de 1852 de um dos poemas: “Para satisfazer a nossos assinantes, publicamos em seguida a derradeira produção do Sr. Antonio José Domingues, relativa à questão do Prata”.

exclusiva”, a integração dos exércitos entre Brasil, Argentina e Uruguai não comprova uma real união dos povos latino-americanos, já que esses países tinham seus propósitos particulares para inventar uma tradição de companheirismo e bravura.

A visão idealizante - exemplificada no poema “Aos bravos do exército aliado” - de que o Brasil entrou na guerra para defender os sofridos povos esconde as intenções políticas e econômicas de D. Pedro II em defender os interesses do Império Brasileiro:

Hoje eu vejo esse povo, que remido,
Auras de vida respirando livre,
Dá vivas imortais ao nosso AUGUSTO,
A PEDRO, Cujo trono,

Pela virtude em corações firmado,
Da Justiça vingando as leis eternas,
A vera liberdade e a paz celeste
Pelos povos difunde.

Para contribuir na formação dos heróis, é necessária igualmente a criação dos anti-heróis, que na obra são representados por Oribe, Rosas e seus subordinados (estes são tema do soneto “Auxiliares do despotismo”). A fuga para a Inglaterra, ao final da guerra, de Rosas, o líder dos “tigres”, é citada em outras quadras do “Aos bravos do exército aliado”, assim como a situação do povo argentino após a libertação do “tirano”:

O grão tigre estremece, a fuga o salva;
É vingada a Razão, e a Humanidade; [...]
Das vítimas os ais não mais s’escutam;
O cutelo do algoz desaparece;
Nem rola ao mar o Prata espavorido

O sangue d'inocentes.

Que cena, Grande DEUS! Eu vejo um povo,
Que inda ao mundo assombrado ontem mostrava
Os pulsos, das cadeias roxeados,
E o colo ao jugo afeito;

Dirigindo-se a Caxias, o eu lírico, no poema “Aos bravos do Império”, elogia D. Pedro II de forma eloquente e ufanista, afirmando que o sentimento de nacionalismo pode ser demonstrado não só na guerra, mas também em outras formas de coragem como a do monarca, que comanda com razão e justiça o império brasileiro.

Teu gênio, a par da colossal empresa,
Enche os votos de PEDRO, em Cujo peito
Arde inextinto da virtude o facho,
E cintila perene a Paz celeste;
De PEDRO, a quem somente a dignidade
E da honra o clamor em duro ultraje
Pode o grito extorquir irresistível,
Que proclama aos heróis - *vitória ou morte!*
Na cidade, ou no campo o Teu soldado
No chefe encontra o pai, se é digno dele;

Processo semelhante ao ocorrido nas quadras finais de “Ao conde de Caxias”:

Honra, e glória sem par ao nosso AUGUSTO,
Que por Ti nos mandou a vitória, e fama;
Glória ao sábio Governo, que de firme
Deu prova insuperável;

Essa ode elogia fortemente Caxias não só no presente, como prevê os louros que a História lhe dará no porvir:

No presente, e porvir as nações cultas
Hão de, ó Conde, saudar-Te jubilosas;
Da vera Liberdade
Verdadeiro Campeão, lá tens a História
Que há de em páginas d'ouro eternizar-Te.

Essa construção da História é criticada por Umberto Eco, para quem “cada um é prisioneiro da própria história e dos próprios mitos nacionais” (1984, p. 143), evidenciando que, após o momento da criação dos mitos, esses são tomados como símbolos para o povo, sendo difícil a transformação da ideologia incutida. O mito em torno de Caxias tornou-o um herói incomparável e o único duque do exército brasileiro. Mesmo as revisões de alguns historiadores contemporâneos não têm conseguido destituí-lo deste lugar heróico que ocupa na história nacional.

Outro poema de Antônio José Domingues que tematiza a unidade dos brasileiros em torno da pátria e se insurge contra os crimes e insultos provocados pela nação estrangeira é o soneto “Aos bravos defensores da Integridade do Império”, cuja quadra inicial apresenta a pátria de forma humanizada:

Brasileiros, a pátria às armas chama,
Ela tem de vingar atroz insulto;
Será crime sem par deixá-lo inulto,
Seus foros restaurar o jus reclama.

Já o poema denominado “Hino Marcial” desenvolve esses conceitos de nação brasileira, argumentando que a guerra contra a tirania é justa e correta, considerando-a melhor do que a escravidão. Esse conceito é rebatido por Benedict Anderson, para quem a visão positiva das guerras nacionais é o problema

fundamental do nacionalismo: “o que faz com que as minguadas imaginações da história recente (pouco mais de dois séculos) dêem origem a sacrifícios tão colossais? Creio que as origens de uma resposta encontram-se nas raízes culturais do nacionalismo” (ANDERSON, 1989, p. 16).

No caso brasileiro, a obra de Antônio José Domingues é exemplo da ideologia construída ao longo dos séculos XIX e XX para criar e fundamentar o nacionalismo, assim como difundir a ideia de um “povo feliz” em defender a nação:

Provocaram vis tiranos
O Brasílico Leão;
Brasileiros, restauremos
Os direitos da Nação.

Quando a paz é decorosa
Felizes os povos são;
Quando a paz desonra os povos,
vale a paz à escravidão.

Através da personificação da pátria, que possui voz e conclama o cidadão verdadeiramente brasileiro, é enfatizada mais uma vez a ideia de que o brasileiro deve lutar pela pátria, morrendo ao lado da “verdade” para ser idolatrado na posteridade, como nos versos abaixo do mesmo poema:

Ir à guerra, quando justa,
É dos fortes o brasão;
A fraqueza mata o brio,
E sucumbe à férrea mão. [...]

Viva PEDRO, Pai da Pátria,
Viva o Nobre Capitão,
Quem não segue a voz da Pátria
Deixa de ser Cidadão.

O verso final do soneto “Aos bravos defensores da integridade do Império” é emblemático para definir o pensamento do poeta quanto à função da guerra: “O que a razão não fez, decida a guerra”. Da mesma forma que o sugerido por algumas quadras do já citado poema “Aos bravos rio-grandenses”, que apontam as supostas melhorias trazidas pela guerra - “que tem enchido de horror o mundo civilizado” - e pela vitória da Justiça aos moradores mais simples do Prata, como pastores e agricultores, omitindo novamente os interesses das nações e de seus governantes:

Do Prata imenso nas margens
Os seus valorosos filhos.
Para serem, quais ser devem,
Sigam leis, e não caudilhos.

Verão logo, como a terra,
Novas riquezas brotando,
Da Paz o divino influxo
Lhes vai os fados dourando;

Como unidos, quanto fortes,
Longe indiscreto furor,
A par de agrícola folga,
Canta seguro o pastor;

Como o astro benfazejo
Da SANTA RELIGIÃO
Inspira, ilumina, e forma
O perfeito cidadão.

O poeta, então, fecha o tema da cidadania, evidenciando que a religião é outro fator necessário para a formação do “perfeito cidadão” em uma época em que o Estado ainda tinha

fortes laços com a Igreja Católica, servindo também como mais um elo comum entre brasileiros e portugueses.

Abordando a religião, Hobsbawn argumenta que ela “é um antigo e experimentado método de estabelecer uma comunhão, através de uma prática comum e de uma irmandade, entre pessoas que de outro modo não teriam nada em comum” (HOBSBAWN, 1990, p. 83). Entretanto, cita diretamente que “paraguaios, brasileiros e argentinos desde a independência foram todos, igualmente, fiéis filhos de Roma, e não podiam distinguir-se como comunidades por sua religião” (HOBSBAWN, 1990, p. 83).

Assim, apesar de enfatizar a importância da religião no processo de cidadania como uma forma de unir os integrantes de uma mesma nação, pode-se afirmar que o conceito de nacionalismo construído pelo poeta revela-se próximo ao definido por Ernest Renan, que se centra na noção de plebiscito diário, o qual seria “o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum” (RENAN, 1999, p. 159), já que o poema é um pedido constante para o brasileiro tornar-se cidadão da nação brasileira.

Outro trecho também é útil para se perceber a construção da nação brasileira, em que o processo de idolatria inverte-se e não é a pátria que tem a necessidade de chamar seus “filhos”, mas parte desses a vontade de lutar pela terra natal e encher de tristeza os velhos que não podem participar desse ato heroico e de “entusiasmo” as mulheres que cedem filhos e esposos para a pátria mãe.

Chora o velho, porque os anos
O prendem junto do lar,
E lhe vedam, como outrora,
As fileiras engrossar;

No geral entusiasmo
Mães, esposas dignas são
Dos guerreiros, que de Esparta
Os feitos renovarão.

Há, portanto, uma ficcionalização de fatos históricos para que os combatentes fossem valorizados na produção poética em questão, versão que é desfeita se comparada com as charges de diversos jornais cariocas e gaúchos da época, que tratam essa guerra (assim com a do Paraguai) como sinônimo de morte e desespero das mães.

Em outras quadras desse poema, repete-se a ideia de que a participação brasileira nessa guerra será vencedora, pois é o lado da justiça, libertando os povos vizinhos da ambição e da prepotência de tiranos.

Vós não ides nesses campos
As famílias enlutar,
Nem da cruenta ambição
A fome eterna cevar.

Vós não ides, como tantos,
A prepotência imolar
Triste povo, que recuse
As cadeias arrastar.

É nobre, augusta, brilhante,
É santa a vossa missão;
A mais digna, que ser possa
Da Brasileira Nação.

Dessa forma, pode-se pensar que Antônio José Domingues, ao tematizar os heróis brasileiros na Guerra contra Oribe e Rosas, criou uma versão da História condizente com a necessidade de integrar o país em torno do ideal de Justiça, tão importante para a manutenção da monarquia brasileira.

Ainda na década de 1850, o autor publicou “Ao jovem monarca D. Pedro V” (1837-1861), cujos versos foram encontrados parcialmente em meio a uma notícia em 1856. O poema, “feito para solenizar a exaltação ao trono de Portugal do jovem monarca D. Pedro V” ocorrida em 16 de setembro de 1855, argumenta que começa então uma nova era para Portugal:

Salutar instrução renove as almas;
Qual dos astros o rei fulgindo a prumo.
Na brenha mais profunda a luz dardeje,
‘Té da ignota cabana exterminando
A fatal ignorância, a mãe das trevas.

Outro trecho reafirma a intenção de pôr fim à decadência portuguesa de então, apoiando-se no imaginário luso do retorno aos tempos áureos:

Do sono te desprende, oh luso, acorda;
Abre os olhos à luz, evoca as sombras
Dos heróicos avós, e erguendo as lousas
Desse pó, pela glória consagrado
Sublime inspiração teu peito inflame.

Os últimos trechos transcritos reforçam a esperança após a subida ao trono de D. Pedro V:

No árduo, no difícil nunca vejas
Como os fracos, e os vis, o impossível!

.....

Às empresas te arroja, tudo creio
Tudo espero do céu, quando no trono
Refulge um sábio rei, qual Pedro V.

Essa composição, publicada em livro com ajuda financeira de imigrantes portuguesas, reforça o problema de exaltar a nação portuguesa de dentro dos limites geográficos brasileiros, ainda mais em uma época em que o nacionalismo começava a ganhar força.

Processo semelhante ocorre com a publicação, em 1860, da antologia *Mausoléu levantado à memória da excelsa Rainha de Portugal, D. Estefânia*, em que foram publicados poemas de brasileiros, como a mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão, e portugueses, como Antônio José Domingues.

A epígrafe bíblica dá o tom do poema “Epicédio”, prevendo que os benfeitores dos indigentes serão protegidos por Deus nos seus dias amargos. Os versos iniciais comparam dois tempos de Estefânia (1837-1859):

Estefânia, que vejo! Ontem Rainha,
Hoje exânime, e fria, hoje cadáver,
[...]
Inda ontem num trono, dominando
Os lusos corações, hoje, que fado!
Já nas sombras da morte submergida!

A seguir, a composição poética diferencia os aspectos físicos dos espirituais:

O que o mundo Te deu, ficou no mundo;
O que a Deus ofertaste, em Deus o gozas.
Só Te vale a virtude, só Te valem
Os dons, o afago, que fizeste aos tristes.

Após fazer o elogio pessoal das qualidades da rainha, é natural para a época realizar um elogio semelhante aos portugueses, que irão saber reconhecer a inspiração dessa virtuosa pessoa. Também é lamentado o afastamento da terra de origem: “Ah! Se eu pudera/ Sobre as asas de um anjo transportar-me/Ao meu solo natal!”

Os versos reforçam a religiosidade do poema, expondo duas visões da morte, dando conforto aos leitores.

Para os ímpios a morte é precursora
De horrível punição interminável;
Pelo justo saudada, a morte o solta
Da corpórea prisão, que lhe vedava
Ir com Deus a reinar na eternidade.
Estefânia no céu inda é Rainha!
Saudosos corações, regozijai-vos”.

Por outro lado, outro poema de Antônio José Domingues que tematiza a história brasileira é “A despedida do guerreiro ao partir para o campo de combate”, publicado no jornal carioca *Correio Mercantil* em 27 out. 1858, em que há um diálogo entre os personagens Alfredo e sua esposa Elvira sobre o destino desta quando o homem vai para a guerra, como todos que prestaram fidelidade à Pátria.

Há poucos traços diretos de assimilação neste poema nacionalista, como na dedicatória feita “aos bravos do Império de Santa Cruz” e nos versos finais, que fazem referência à guerra do

Prata. A conversa ocorre no “dia da marcha”, pois “ao mavórcio conflito os bravos chama”. A guerra é necessária,

Antes que as hordas do tirano venham
O solo poluir da pátria nossa,
E trazer às famílias brasileiras
A desonra, a pilhagem, a fome e a morte,

Nesse contexto, o dever para com a pátria é maior do que o amor à esposa e ao filho, embora esta vá acompanhar o guerreiro no coração:

É forçoso partir, adeus, Elvira!
Aqui vais neste peito, aqui te levo
Neste meu coração, que ao teu pertence;
Nesse fruto do amor, que nos inflama,
Tens ausente de mim o esposo e o filho,

Na resposta, Elvira diz que ama, como Alfredo, a pátria, advertindo que a vitória não deve significar a morte do esposo.

São teus votos os meus, ardo em desejos
De ver os campeões da liberdade
Ir vingar a razão, a humanidade;
[...]
Do leito nupcial as rosas devem
Em uma cinerária converter-se,
Adeus, pátria, adeus, glória, adeus, triunfo,

Nesse caso, o único pedido de Elvira é que Deus una marido e mulher no mundo dos espíritos. A esposa diz que não aceitará a morte do marido e que a dor também atingia as famosas mulheres de Esparta, já que, “Abrissem-lhes o peito, então veriam/ De gala o rosto, o coração de luto!”

A fala de Elvira continua com a descrição de um pesadelo em que era prevista a morte do marido e, por causa desse presságio, pede que:

Me permitas que eu vá contigo e possa
Vencido ou vencedor acompanhar-te.
O amor quando ardente quando forte,
Coragem infunde que os mortais surpreende,
[...]
Sócia tua fiel eu mesma quero
Ao som dos hinos enrugando-te a fronte;
O destino do esposo é meu destino.

Alfredo, então, recrimina a esposa, que deveria encorajá-lo a lutar e não falar de ‘infaustos sonhos’, lembrando-a de seus juramentos à pátria.

Não sabes que o guerreiro quando jura
A pátria defender, de Deus à face,
À face do país lhe faz heróico
A solene oblação da vida sua?!
Ignoras qu’esta vida tão mesquinha,
Tão curta, miseranda e fugitiva,
Só quando ativa a rica de virtudes
A vida sempiterna nos prepara.
E nela a glória d’inefável preço?!

Alfredo enumera então seus argumentos em favor da guerra, dizendo ir “trocar vida mortal por fama eterna”. Ao personificar a pátria, que brada: “Vai, Alfredo, vingar-me”, considera a guerra “empresa a mais santa que a justiça” e identifica-se como “cristão”, concluindo que

Eu no Deus dos exércitos espero
Que as armas brasileiras levem presto
Às hordas do tirano a fuga ou morte.

A fé redobra no meu braço o esforço,
No meu peito o valor; a fama em breve
Há de vir neste lar anunciar-te
O triunfo dos nossos, e dizer-te
Que o pendão auriverde, fulgurando,
Aforrado no campo da batalha,
No cimo de troféus ondeia ovante!

Com esses argumentos, Alfredo termina sua fala a Elvira.

Vou partir, cara esposa, quero ver-te
Olhos enxutos, amazônio rosto,
Ademan de heroína: adeus, Elvira.

Essa então aceita a crítica do esposo, argumentando que “este amor qu’extremoso te consagro/ Cerrou-me inteiramente os olhos d’alma”, mas que

As centelhas que vibras desses olhos,
Por alto patriotismo afogueados,
M’iluminam, m’incendem, me transtornam!
Já não vês os meus olhos lacrimosos,
Nem mais interjeições angustiosas
Nem mais interjeições angustiosas
Te hão de em mim revelar tumulto d’alma.
[...]
Voa ao alto destino que te chama;
O anjo que te guarda vá contigo,
E te seja broquel, amparo e guia,
Este o último abraço: adeus, Alfredo!

A fala final de Alfredo, transcrita integralmente, retoma a fama das mulheres de Atenas, afirmando que um ‘bravo guerreiro’ sempre tem uma esposa a sua altura e termina fazendo um singelo pedido.

Quanto exulto de ver-te, minha Elvira,
As lacônias matronas imitando,
Quando ao ir para a guerra os seus consortes
Ao partir iam delas despedir-se;
Agora sim, agora reconheço
Em ti de audaz guerreiro a digna esposa!
Em honra deste dia, Elvira, vamos
Nós ambos entoar um márcio canto.

Nesse canto final, o nacionalismo é mais evidente ainda, corroborando a ideia de que a sua vida está ligada intimamente à vida da pátria, que a morte ou o sucesso da pátria está ligado a cada um dos seus filhos.

Quando a pátria dos filhos reclama
Ir-lhe na guerra insultos vingar,
Ou com ela vencer deveremos,
Ou sem ela na lide acabar.

Dos bravos somente a vitória
Há de as fronteiras de louros ornar;
Vamos, sócios, às margens do Prata
Na peleja esses louros ganhar.

Ajudar nossos bravos vizinhos
A pôr termo à vil servidão;
A seus votos por serem sublimes
Nossos votos ligados estão.

As estrofes acima idealizam uma guerra movida por motivos justos e divinos, não ligada a interesses políticos ou econômicos. Essa construção poética, de forma semelhante aos textos já citados do mesmo autor, serve também para unir os brasileiros em torno de um objetivo dito nacional ao focalizar o inimigo no “tirano estrangeiro”.

Se Antônio José Domingues é considerado por Guilhermino César como defensor de um “conservadorismo clássico, em suas formas corriqueiras” (1971, p. 166), isso é devido ao período literário em que viveu e não poderia ser diferente. Esse autor deu os primeiros passos da literatura gaúcha, editando jornais, publicando seus poemas e influenciando assim as poetisas de gerações vindouras, como admite esse historiador: “Benigna da Cunha e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas [...] e Clarinda Siqueira olhavam-no como a um dos mais nobres representantes da poesia lusa” (CÉSAR, 1971, p. 166) ³².

Dessa forma, esse imigrante luso fomentou a literatura local, ajudando a criar um “caldo de cultura”, um dos elementos da solidificação da sociedade para a formação do sistema literário, realizada antes do período romântico, em torno de revistas como *Arcádia* e a da agremiação Partenon Literário.

Antônio José Domingues, que já se encontrava no Rio Grande do Sul no ano de 1822 e pode assim ter sofrido retaliações pessoais, poderia ter buscado temáticas mais isentas de temas nacionais, mas é exatamente o contrário. Há poucos poemas intimistas, predominando em grande parte os temas nacionais, quanto de defesa da pátria brasileira - como o livro *Coleção das poesias ao muito alto d. Pedro II* -, tanto de defesa da pátria portuguesa - como o poema “Ao jovem monarca D. Pedro V”. É importante demarcar como Antônio José Domingues elege

³² Guilhermino César afirma que “morto Antônio José Domingues, tomou-lhe o lugar, como agitador do meio intelectual rio-grandense, seu patrício Antônio Joaquim Dias” (CÉSAR, 1971, p. 166).

preferencialmente temas contemporâneos, como a comemoração anual do 7 de setembro, a Revolução Farroupilha, brigas políticas internas brasileiras e a guerra brasileira contra o argentino Rosas ou, do lado português, a coroação de Pedro V e o falecimento da Rainha D. Estefânia.

Esses poemas que denotam traços de nacionalismo - sejam portugueses, sejam brasileiros - também podem ser marcados como intencionalmente dogmáticos, ao tentar levar ao leitor uma visão da história e de personagens que devem ser idolatrados e homenageados, com o objetivo de difundir informações, conhecimentos e cultura pouco divulgados no extremo sul do país.

Referências:

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da Unb, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1971.

CÉSAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudos de fontes primárias da história rio-grandense acompanhados de vários textos*. Porto Alegre: UFRGS, 1969.

COSSON, Rildo (org). *Literatura, Jornal e Cultura: Autores Pelotenses - 1851/1889*. Porto Alegre: PUCRS, no prelo. CD-ROM

DOMINGUES, Antônio José. Ao hospital da Caridade. In RODRIGUES, Sued de Oliveira (org.) *Rio Grande nos versos dos poetas*. Rio Grande: Academia Rio-Grandina de Letras, 1989, p. 14.

DOMINGUES, Antônio José. *Coleção das poesias que ao muito alto e muito poderoso senhor D. Pedro II, Imperador e defensor perpétuo do Brasil*. Pelotas: C. A. Melo, 1852.

DOMINGUES, Antônio José. Epicédio. In SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de (org). *Mausoléu levantado à memória da excelsa Rainha de Portugal, D. Estefânia*. Rio de Janeiro: Livraria e Tipografia de Bernardo Xavier Pinto de Souza, 1860, p. 70-72.

DOMINGUES, Antônio José. *O suicida salvo pelo amor e pela amizade*. Rio de Janeiro: Tip. Brasiliense de Maxiliano Gomes Ribeiro, 1858a.

DOMINGUES, Antônio José. A despedida do guerreiro ao partir para o campo de combate. Dedicada aos bravos do Império de Santa Cruz. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 27 out. 1858b, p. 1.

ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios. 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

O NOTICIADOR. Porto Alegre: IHGRGS, 2008. CD-ROM.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? (1882). In MELLO, Renato de. Tradução: A nação de Renan. In *Caligrama* - Revista de Estudos românicos. Belo Horizonte, v. 4, p. 137-180, dez. 1999.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Homens e fatos do passado. Bento Manoel Ribeiro. *Almanaque do Rio Grande do Sul*. 1903. Rio Grande, p. 143-144, 1902.

SILVA, Inocêncio Francisco. *Dicionário bibliográfico português*. 8. tomo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

SPALDING, Walter. *Dois vultos da história gaúcha: Xavier Ferreira e Onofre Pires*. Porto Alegre: Gráfica Santa Terezinha, 1958.

VAZ, Artur Emilio Alarcon. *A lírica de imigrantes portugueses no Brasil Meridional*. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Faculdade de Letras. UFMG, Belo Horizonte, 2006.

VAZ, Artur Emilio Alarcon. Antônio José Domingues, um português no Brasil. In: I Colóquio Internacional Relações literárias Brasil-Portugal, 2008, Porto Alegre. *Anais do I Colóquio Internacional Relações literárias Brasil-Portugal*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.